

# Famílias Negras e Brancas: uma Visão sobre a Escola Pública

## Black and White Families: an Insight into the Public School

Edenar Souza Monteiro<sup>a\*</sup>

<sup>a</sup>Universidade de Cuiabá, MT.

\*E-mail: edenar.m@gmail.com

---

### Resumo

Este trabalho aborda as percepções de famílias negras e brancas sobre discriminação racial e educação formal na escola pública. O estudo foi realizado em duas escolas públicas municipais de Cuiabá, MT. A escolha das escolas aconteceu privilegiando a sua localização em bairros periféricos onde existe grande concentração de famílias de camadas mais pobres da sociedade, dado considerado relevante para a pesquisa. A metodologia utilizada foi a qualitativa com instrumentos de observação no ambiente escolar, questionário socioeconômico, entrevistas individuais com os membros das famílias e representação gráfica feita pelos alunos envolvidos na pesquisa. O estudo concluiu que as famílias se preocupam com o desempenho escolar e com as formas de tratamento dispensado aos seus filhos no interior da escola. Elas argumentaram que a prática pedagógica do educador é deficitária quando o assunto envolve relações raciais, pois falta-lhes clareza no assunto, aos professores e à instituição escolar.

**Palavras-chave:** Famílias. Discriminação. Educação.

### Abstract

*This paper addresses the perceptions of black and white families on racial discrimination and education in public schools. The study was conducted in two public schools in Cuiabá, MT. The schools were selected according to its location in the suburbs where there is large concentration of families in the poorest sections of society, regarded as relevant to the search. The methodology was qualitative, with observation instruments in the school environment, using socioeconomic questionnaire, individual interviews with family members, and graphical representation made by the students involved in the research. The study concluded that households care about school performance and the ways of treatment of children within the school. They argued that the pedagogical practice of the educator is deficient with respect to race relations, once teachers and the school institution lack clarity on the subject.*

**Keyword:** Family. Discrimination. Education.

---

## 1 Introdução

O estudo teve como objetivo geral verificar quais as convergências e divergências presentes nos discursos de famílias negras e brancas sobre a percepção da educação e da discriminação racial no contexto escolar, em escolas públicas.

As motivações para o desenvolvimento da pesquisa aconteceram a partir das vivências da pesquisadora, tanto no âmbito pessoal como profissional. A vivência pessoal e a condição de docente aguçaram a percepção das desigualdades de oportunidades e análise de suas razões. No ambiente de trabalho e na convivência social eram perceptíveis formas variadas de discriminação envolvendo raça e classe social.

Estudos que envolvem questões raciais na educação têm revelado problemáticas de um cotidiano de desigualdades entre negros e brancos. Fatores como discriminação e preconceito racial têm deixado marcas nos atores, que sofrem com esse tipo de problema. Um fator muito comum que se faz presente no espaço escolar é conhecido, segundo Henriques (2004), por “racismo à brasileira” dada as suas formas sutis, muitas vezes invisíveis, que se apresentam nas relações sociais dentro do espaço educacional. Nesse sentido, Henriques (2004), aponta que o racismo estrutural brasileiro, geralmente negado e

ocultado, institui mecanismos e práticas discriminatórias na escola para além das desigualdades de classe e apresenta-se, de forma explícita, as desigualdades raciais.

## 2 Material e Métodos

Os sujeitos da pesquisa foram 10 famílias, sendo cinco brancas e cinco negras, moradores em bairros de classe popular. Uma observação importante é que, sendo as famílias dos alunos os sujeitos da pesquisa, todo o trabalho de coleta de dados da entrevista foi realizado fora da escola. Portanto, as observações ocorridas no interior das escolas, em salas de aula, tiveram o propósito de selecionar os sujeitos da pesquisa através dos alunos.

O critério de definição dos alunos foi a faixa etária – nas séries iniciais, a participação da família tende a ser mais intensa na escola, devido à idade dos filhos e à necessidade de maior acompanhamento e atenção dos pais – e o tempo dos alunos na escola, tendo em vista a expectativa de captar maiores percepções. Outro item importante com relação à faixa etária dos alunos - 9 e 11 anos - é que essas idades caracterizam o período no qual, segundo Cavalleiro (2006), as crianças mais sofrem com a discriminação no ambiente escolar. Foi informado aos responsáveis pela instituição o

motivo da escolha das escolas e das turmas e, por fim, foram solicitados permissão e apoio para realizar a observação.

### 3 Resultados e Discussão

Neste estudo, que enfocou a percepção das famílias negras e brancas sobre educação e discriminação racial, pode-se observar a indignação do sentimento de inferioridade presente nos discursos, nas ações e no comportamento dos sujeitos no momento da entrevista. O fator que mais preocupou as famílias, em relação à percepção sobre a educação no contexto escolar, foi a qualidade do ensino sistematizado que é dispensado a seus filhos. Para essas famílias, o ensino público não está correspondendo com suas expectativas e, segundo suas opiniões, irá interferir na condição social de seus dependentes por toda a vida, acarretando dificuldades para prosseguirem nos estudos (cursar uma faculdade) e competirem com outros membros da sociedade em condição de igualdade, por uma carreira que lhes venha satisfazer financeira e profissionalmente. A citação abaixo corrobora esta ideia:

[...] o reconhecimento da educação escolar como requisito básico para responder às exigências do mercado de trabalho e, sobretudo, como possibilidade de romper com as condições de pobreza familiar, é variável colocada pelos pais de forma recorrente, independentemente das diferenças internas do grupo estudado. Uma análise do significado que eles atribuem à escolarização de seus filhos revela que a valorização da instrução se alicerça [...] a uma lógica prática ou instrumental da escola (domínio dos saberes fundamentais e integração ao mercado de trabalho) (ZAGO, 2003, p.24).

Percebe-se de acordo com as entrevistas das famílias, tanto negras quanto brancas, a preocupação especial pela qualidade do ensino que, segundo elas, não existe nas escolas públicas frequentadas por seus filhos, levando-as a concluir que as desigualdades de oportunidades são consequência da educação formal insuficiente. Dessa forma, como menos favorecidos economicamente, sentem com maior profundidade esse problema social. Alegam essas famílias que se pudessem, e isso se refere ao poder econômico, colocariam seus filhos em escolas particulares, deixando claro que a qualidade do ensino é primazia de opção para elas.

Essa preocupação independe de cor ou raça das famílias entrevistadas, pois, diante dos resultados das entrevistas essa questão apareceu nos discursos das famílias negras e das famílias brancas. Todos eles que fazem parte do contingente populacional desfavorecido sofrem com a falta de oportunidades. Nesse sentido, Patto (1997, p.281) aponta que:

[...] inúmeras pesquisas vêm mostrando, há muitas décadas, que a quase totalidade das crianças que não conseguem atingir o mínimo de escolaridade previsto em lei faz parte dos contingentes populares mais atingidos pelo caráter excludente do capitalismo nos países do terceiro mundo. A pesquisa educacional tem cabido a tarefa de explicar esse estado de coisas ao longo da história da educação brasileira. A análise crítica das ideias que se propõem a explicá-lo traz elementos à compreensão da convivência, via de regra má, dessa escola com seus usuários mais pobres.

Analisando a questão das relações de poder entre instituições prestadoras de serviços e sua clientela, Basalia

(*apud* PATTO, 1997, p.294) constatou que quanto menor o poder da clientela, maior o poder das instituições, e esta relação “caracteriza-se por um máximo de poder da instituição e nenhum poder do usuário”.

Quando não há o poder econômico a opor ao poder institucional, é o poder advindo da consciência e da exigência dos direitos de cidadania que possibilita que o usuário não fique à mercê dos caprichos dos que trabalham na instituição. O arbítrio nas relações com [...] as famílias, está muito presente nas instituições escolares que atendem ao segmento mais pobre da classe trabalhadora. Assim, a melhoria da qualidade do ensino público, passa por espaços externos à escola: a transformação de ‘clientes’, de favorecidos em cidadãos é condição imprescindível à maior eficiência dos serviços públicos em geral (PATTO, 1997, p.295).

As famílias diferem umas das outras quanto à relação que estabelecem com os profissionais da educação de seus filhos. Há as que interiorizam o parecer da escola e passam a procurar na história da família ou da criança fatos que expliquem a anormalidade que não haviam percebido, porém, há aquelas famílias que debatem e discordam do parecer dos profissionais da escola, mesmo que confusas, comparando o quadro apresentado pelas crianças dentro da escola e fora dela, tentando justificá-los e pedindo ajuda na resolução do impasse, chamando para si a importância, a primazia da opção de qualidade do ensino de seus filhos. Outras famílias são capazes de proferir uma visão crítica dos problemas da escola, mas guardam para si, temendo represálias se forem se queixar. No entanto, percebe-se que existe um denominador comum: todas as famílias que colaboraram com esta pesquisa valorizam a escolaridade e lutam para manter os filhos na escola até esgotarem os últimos recursos. Apesar de terem opiniões formadas sobre a qualidade do ensino que é oferecido a seus filhos, ainda assim, essas famílias depositam todas as esperanças do futuro de seus dependentes na escola pública (PATTO, 1997).

Quanto às desigualdades na educação, estas estão sendo reveladas com frequência nos vários estudos referentes ao assunto. Nesses estudos o racismo aparece com inúmeras formas, sejam elas claras ou sutis. Promover o aparecimento de alguma luz sobre os conflitos raciais no âmbito da educação formal representa o “interesse central de muitos pesquisadores que estudam esta questão” (CAVALLEIRO, 1999, p.25).

Hasenbalg (1979, p.181) fez uma análise das desigualdades raciais referentes à participação de negros no sistema de educação formal e constatou que:

A limitada participação da população de cor no processo educacional é marcada por contradições. Em acréscimo aos mecanismos de discriminação de classe do sistema educacional - cujos efeitos são especialmente sentidos por negros e mulatos devido à sua maior concentração nos setores subordinados da estrutura de classes - a cor da pele opera como um elemento que afeta negativamente o desempenho escolar e o tempo de permanência na escola.

Em sua pesquisa, Hasenbalg (1979) considerou a distinção entre pessoas alfabetizadas e analfabetas nas décadas de 40 e 50 do século passado no Brasil. Os dados relativos às pessoas negras e brancas na década de 40 indicaram que o total da população alfabetizada era de 38,2%, dentre esses, 46,9% de pessoas brancas e 22,6% de pessoas negras, havendo uma diferença de 24,3% entre brancos e negros. Na década de 50, o total de pessoas alfabetizadas era 42,6%, dentre esses, 52,7% de pessoas brancas e 25,7% de pessoas negras, demonstrando uma diferença entre os grupos raciais de 27%. Diante dos resultados, o autor concluiu que apesar de a população negra conseguir expandir-se no sistema educacional, elevando sua taxa de alfabetização, seu progresso educacional foi mais lento que a população branca. O autor afirma que o grau de exclusão da população negra cresce exponencialmente quando os níveis educacionais superiores são contabilizados. Diante do quadro que se apresenta, Hasenbalg (1979, p.186) constatou que:

No país como um todo, em 1940, os brancos tinham uma possibilidade de 3,8 vezes maior de completar a escola primária que os negros; uma de 9,6 vezes maior de completar a escola secundária, e uma de 13,7 vezes maior de receber um grau universitário. Em 1950, a mesma possibilidade era 3,5 vezes maior na escola primária, 11,7 vezes maior na escola secundária e 22,7 vezes maior no nível universitário. Inequivocamente, entre 1940 e 1950, a população negra só manteve sua posição relativa no nível da escola primária, onde o número total de formados aumentou de 245% naquela década.

Os estudos realizados pelo Instituto de Geografia e Estatística - IBGE<sup>1</sup>, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad, 2006, constataram dados semelhantes às conclusões de Hasenbalg (1979). Embora tanto a população negra quanto a população branca tenham sido beneficiadas com o sistema de ensino, os dados verificaram que, mesmo com essa evolução semelhante de acesso ao sistema escolar, as desigualdades continuaram. Os dados apontam que sete em cada 10 analfabetos são pessoas identificadas como negras, totalizando 10 milhões de pessoas em todo o país. Entre os indivíduos com 15 anos ou mais de idade o percentual foi de 6,5% para a população branca e 14% para os negros. Os negros permaneceram com dois anos de atraso em relação aos brancos. Enquanto estes se dedicam aos estudos por 8,1 anos, aqueles permanecem na escola por 6,2 anos. Outra questão que os dados evidenciam é em relação ao grau de escolaridade. Enquanto 56% da população branca estão na universidade, apenas 22% da população negra conseguem êxito nesse nível de ensino. De acordo com os dados, Hasenbalg (1979) afirma que quanto mais elevado é o nível de escolaridade menor é o número de negros no contexto educacional.

Quanto ao dever de reconhecer positivamente a permanência da criança negra no cotidiano escolar, as instituições educacionais têm se mostrado omissas, convergindo essa situação para o afastamento daquela criança do quadro educacional. O acesso e a permanência no sistema

de educação é direito de todo cidadão e o espaço escolar deve estar preparado para receber as crianças negras, que são maioria no país (CAVALLEIRO, 1999).

No cotidiano escolar, são muitos os profissionais da educação que não percebem os conflitos raciais entre os alunos e também não compreendem em quais momentos ocorrem atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosas que impedem a realização de uma educação democrática. Porém, um olhar atento e preocupado para com as relações estabelecidas na escola flagra situações que constata a existência de um tratamento diferenciado em função do pertencimento racial dos alunos. Esta diferenciação de tratamento pode ser considerada uma atitude antieducativa, concorrendo para a difusão e a permanência do racismo na nossa sociedade (CAVALLEIRO, 1999, p.21).

Com relação à responsabilidade social da escola, Oliveira (1996) percebe o ensino fundamental como local privilegiado, com a função de proporcionar a qualquer brasileiro a oportunidade de incorporar na sua prática social os conteúdos mínimos que lhe norteie os seus direitos de cidadão. Sendo o ensino básico obrigatório e gratuito, é ele o lugar por onde necessariamente passa um grande percentual da população, tornando-se um dos momentos da vida do indivíduo que mais oportuniza a conceituação e o desenvolvimento de atitudes de respeito e de convivência solidária com os diferentes. Referindo-se aos conteúdos ministrados pela escola a autora ressalta que, em geral, são desprovidos de um posicionamento crítico sobre as desigualdades sociais; a escola omite o desagradável, ao invés de apresentá-lo de modo paralelo às suas próprias causas. Para a autora, os estudantes pobres não têm conhecimento de que o seu padrão de vida é consequência de injustiças praticadas pelo poder exercido pelos homens, e que por isso pode ser alterado. Portanto, trazer o debate das questões raciais para o cotidiano escolar contribuiria para o combate ao racismo e reforçaria o processo de reelaboração da cultura pedagógica culminando, conseqüentemente, em mudanças das políticas educacionais.

Paixão (2006) explica que, mesmo visto de forma naturalizada, o relacionamento entre a família e a escola não é tranquilo. A autora aponta a existência de tensões entre ambas, que resultam do confronto entre a forma como a escola determina essa relação e como esta acontece na prática. A escola, dentro de uma concepção tradicional, determina que todas as famílias devem ter a obrigação de saber acompanhar os filhos nos deveres de casa. E algumas famílias, sujeitos deste estudo, veem de forma positiva as exigências da escola em relação ao dever de casa sistemático, e reconhecem que é sua obrigação ajudar os filhos. Para essas famílias essa prática demonstra que a escola desempenha um bom trabalho pedagógico. Porém, se essas famílias não conseguem ajudar com o trabalho sistemático, são avaliadas pela escola via desempenho do aluno e de seu dever de casa. Entretanto, nem sempre a família está preparada para esse tipo de acompanhamento, o que passa a ser concebido como algo inadmissível. As famílias menos favorecidas normalmente são desprovidas ou vítimas de uma escolaridade interrompida

<sup>1</sup> Dados do estudo do IBGE disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/no.2007-09-28.7847455308/view>

e isso não pode ser contado em nível de avaliação pela escola. Por outro lado, o fato de não conseguir ajudar na tarefa não significa que a família não se preocupe com a escolaridade dos filhos.

No que se refere aos projetos e expectativas futuros para os filhos, Paixão (2006, p.70-71) aponta que a escolarização é o projeto mais amplo e consciente da família. Essas expectativas são geradas em torno “do capital econômico, do capital cultural de que dispõem do *ethos*, dos valores que organizam seu mundo e da trajetória da família, entre outros fatores”.

Algumas famílias relataram sobre a preocupação com o futuro escolar e profissional dos filhos, temendo as mesmas profissões por elas exercidas.

Eu fico muito preocupada com o futuro dela, porque a gente que é pobre precisa de estudar para melhorar de vida, né? E como melhorar se a escola não ensina, não prepara o aluno para outra série, né? (mãe, família 7, negra).

Eu acho que temos que trabalhar dentro de casa prá que ele não se desanime, tento suprir o que a escola não está dando. Mostro prá ele que temos que lutar, e no que depender de mim o futuro vai ser bom (mãe, família 5, branca).

Olha [...] com o futuro dele eu me preocupo, porque eles estão recebendo pouca informação na escola. Muita coisa a gente complementa em casa, mas... ao mesmo tempo, a gente [...] preocupa porque eles vão fazer parte dessa geração que está sendo mal informada, né? (pai, família 5, branca).

Olha... eu não queria essa vida que eu levo prá minha filha não... Eu queria que ela aprendesse prá ir prá outra série sabendo prá ver se ela não faz como eu fiz. Parei de estudar e fui ser empregada dos outros. Se eu tivesse estudado, talvez eu seria alguém mais importante, com uma profissão mais respeitada. Do jeito que ta o ensino, fica difícil imaginar uma vida prá ela melhor do que a minha. (Mãe, família 10, negra)

Por outro lado, a escola “tende a ver a escolarização dos alunos do ponto de vista institucional, ou seja, considerando os objetivos definidos pela sociedade, em especial, nos instrumentos legais e nos demais que ordenam a política da educação”. Nesse sentido, a forma de apropriação das famílias sobre a “escolarização no processo de educação dos filhos pode apresentar consonâncias e/ou dissonâncias com o que é definido pela escola” (PAIXÃO, 2006, p.73).

Com a pesquisa concluída, pode-se perceber a convergência de opiniões existente entre as famílias negras e brancas em relação ao aprendizado dispensado aos seus filhos pelas escolas. Esta afirmativa decorre dos resultados da pesquisa realizada com as 10 famílias entrevistadas, revelando a preocupação com os mecanismos utilizados pela escola pública, alegando que esses mecanismos pedagógicos não estão atendendo aos anseios. Segundo elas, a forma como as escolas pesquisadas tratam o ensino aprendizagem é preocupante, porque não possibilita a percepção de progresso no desenvolvimento de seus filhos.

A expectativa mais frequente que as famílias pesquisadas alimentam é referente ao aprendizado sistemático, salientando a importância da leitura e da escrita, remetendo-os à preocupação com o futuro do conhecimento adquirido pelos seus filhos. Alegam que se as escolas não oferecerem ensino

de qualidade<sup>2</sup>, seus filhos serão privados de oportunidades como: ingressar em uma universidade pública, terem o direito de escolher uma profissão, terem oportunidade de disputar em condição de igualdade com a maioria de jovens de suas faixas etárias.

Percebe-se diante dos dados que, ao se preocuparem com o futuro de seus filhos, essas famílias demonstram o temor sobre a possibilidade de eles terem as mesmas profissões de seus progenitores. A intenção dessas famílias que fica implícita é que seus filhos consigam, futuramente, fazer parte de “círculos sociais já estabilizados em termos de prestígio econômico e social e, nesse sentido, possibilitam maior garantia e segurança na vida presente e futura” desses sujeitos (BARROS NETA, 2006, p.115).

Em se tratando da preocupação com a escolarização e com o futuro dos filhos, Paixão (2006, p.71) afirma que:

Analisando-se o significado da escolarização pelo lado das famílias, encontra-se uma diversidade de objetivos dependendo do tipo de família considerado. Esse processo é visto segundo as chances objetivas de futuro vislumbradas para os filhos. De uma maneira muito genérica, as camadas populares tendem a buscar na escolarização dos filhos chances de escapar de atividades duras e pouco valorizadas que realizam.

Segue abaixo o relato carregado de insatisfação das famílias pesquisadas em relação ao aprendizado de seus filhos.

Ah [...] eu vejo muito enfraquecida. Eu acho muito enfraquecida. Muita coisa sem sentido, a criança volta prá casa com muita dúvida (mãe, família 5, negra).

[...] a escola muito fraca porque [...] minha filha tá indo na escola só prá brincar. Ela tá muito fraca. O outro filho que estudou lá é [...] mal aprendeu escrever o nome. É... eu acho que lá brinca muito. Na hora que ela for para a Escola... (nome de outra escola do bairro – 5ª série) ela vai sentir muita dificuldade. Eu não entendo por que lá não ensina. O ensino público tá muito fraco e [...] a escola não ensina mais (mãe família 7, branca).

Esse relato demonstra que a mãe percebe que algo precisa ser feito para amenizar o problema. Sua preocupação está claramente voltada para a qualidade de ensino que a escola, na opinião dela, pouco oferece. Com base nessa preocupação, Zago (2007, p.144) aponta que:

Esse problema na qualidade do ensino [...] constitui uma forma de ‘eliminação branda’ [...], na medida em que a eliminação vai se processando desde o ingresso no sistema e durante todo o percurso escolar, deixando lacunas que vão produzindo efeitos cumulativos na formação. Conscientes dessa forma de eliminação, muitos estudantes recuam da decisão por um curso que poderia lhes trazer melhor retorno profissional ou simplesmente desistem de concorrer, conforme estatísticas de vestibulares concorridos que indicam a retração de egressos do ensino médio de escolas públicas.

Diante dos depoimentos das famílias, percebe-se, nos seus discursos, referências de desigualdades de oportunidades que desencadeiam sérios problemas sociais. Portanto,

A origem social exerce forte influência no acesso às carreiras mais prestigiosas, pois a elas estão associados os antecedentes escolares e uma série de investimentos que estão que se transformam em credenciais com peso não negligenciável nos processos seletivos (aulas particulares, viagens, cursos de língua estrangeira, para citar alguns exemplos). É amplamente

2 Para as famílias, sujeitos desta pesquisa, ensino de qualidade corresponde a acesso ao conhecimento sistemático que envolve pesquisas, deveres de casa.

conhecida a tese de que quanto mais os recursos (econômicos e simbólicos) dos pais, mais os filhos terão chances de acesso ao ensino superior e em cursos mais seletivos [...] e em empregos com melhor remuneração (ZAGO, 2007, p.144).

Quando as famílias pesquisadas se referem à qualidade do ensino oferecido pela escola pública, traçam comparações ao ensino oferecido pela escola privada, referenciando que ela oferece ensino de melhor qualidade. Imaginam a escola privada como modelo de ensino de qualidade, porém, as condições econômicas dessas famílias são motivo de privação para suas aspirações. Essa afirmativa, retirada da posição das famílias sobre a percepção das desigualdades de oportunidades, é reforçada por Barros Neta (2006, p.117) quando diz que “todos os indivíduos são livres para educarse, mas não têm condições sociais iguais para obter a mesma educação”.

Ah... a escola pública tá muito desacreditada. A escola particular pelo menos faz tudo certinho, cobra mais do aluno, disciplina, tarefa, horário de chegada, sai todo mundo na mesma hora [...] essas coisas assim, sabe? Pelo menos a gente vê pela nota do aluno no final do ano. Coisa que na escola pública nem nota a gente vê. Não é verdade? (mãe, família 3, branca)

Diante dessa visão “desacreditada” que as famílias demonstram ter da escola pública, Hasenbalg (1987) relata que, um dos fatores que reforçam a desigualdade no ensino é proveniente do “mal aparelhamento” dos professores para lidarem com a heterogeneidade do alunado. “Heterogeneidades de classes, heterogeneidades étnicas ou raciais”. Basicamente, a idéia é de que a atuação do professorado está “permeada pela ideologia que legitima as desigualdades sociais”, moldando sua percepção sobre a clientela.

Nas escolas de clientela menos favorecidas, existe a “ideologia da impotência”. A percepção que os professores têm desse alunado é que “eles são filhos de bêbados, de pais desempregados, de famílias incompletas, que os meninos vêm sujos para a escola, que não prestam atenção, etc.”. Portanto, o autor considera que “este seja o mecanismo básico que explica o resultado diferente produzido pela escola que, supostamente, deveriam promover um mesmo tipo de educação”. Hasenbalg (1987, p.26) destaca esse fator que explicaria a:

[...] diferença de rendimento escolar entre alunos ricos e pobres, brancos e negros: um mecanismo de recrutamento, ou seja, o aluno negro ou o aluno pobre é absorvido pela rede escolar de maneira diferente do aluno de classe média ou não pobre; uma vez constituída esta clientela socialmente homogênea, os professores atuam no sentido de reforçar a crença de que os alunos pobres e negros não são educáveis. Considero que não se deve parar na constatação de que as escolas funcionam assim, mas pensar um pouco na maneira de melhorar esta situação.

Telles (2003) aponta que entre as crianças e jovens que frequentam a escola pública, os negros tendem a estudar em escolas com menos recursos, e estas geralmente tendem a se localizar em bairros distantes dos centros urbanos. Nessas escolas, geralmente, a carga horária é reduzida, devido à falta de professores. Em um mesmo nível socioeconômico, os negros são propensos a frequentar escolas de qualidade inferior. O autor aponta também que a segregação espacial por raça, independente de classe, é a explicação mais provável.

Destarte, as desigualdades são ampliadas e favorecidas pelas condições de investimentos educativos por parte das famílias em condição de fazê-los, aumentando as distâncias entre os grupos sociais, e favorecendo o indivíduo que recebeu melhor investimento da família; em contrapartida, os indivíduos que são procedentes de famílias menos favorecidas são obrigados a se submeterem às condições impostas pela instituição escolar ou ao acaso em busca de objetivos, provavelmente, complexos e obrigados a investir um capital cultural extremamente reduzido (ZAGO, 2007).

Nesta pesquisa, os dados mostram que as famílias sentem a necessidade de cobrar da escola - e algumas até chegaram a dizer que já cobraram - um ensino de qualidade, porém, não conseguem argumentos suficientes para fazer valer sua cidadania, deixando claras as desigualdades de oportunidades. Na visão das famílias pesquisadas, as inúmeras mudanças promovidas pela escola pública em relação ao ensino aprendizagem não conseguem atingir um grau satisfatório, deixando sempre uma lacuna e alimentando insatisfações nos responsáveis pelas crianças.

Eu acho que essa nova forma de ensinar tá tudo errado e... se não mudar esse jeito, as crianças que frequenta a escola pública vão continuar sem saber nada.

Agora com esse negócio de não reprovar mais a criança, elas tão indo tudo sem saber nada para outra série. O que adianta passar sem saber nada. Hoje até prá trabalhar de Gari precisa fazer concurso... (mãe, família 7, negra).

No relato abaixo, é perceptível a angústia do pai em relação ao desenvolvimento escolar sistemático da filha. Pode-se perceber, durante a entrevista, o silêncio gritante que ecoava nas frases reticentes provocadas pelo receio de colocar com palavras o que realmente estava sentindo.

Muita coisa que a gente fica pensando da escola... na verdade, como essa menina aí... [mostra a filha] ela entrou na escola com 6 anos, né?... ela vai fazer 10 anos e tá no 4º ano [4ª série] e você vê que ela não desenvolveu... ‘má-le-má’ ‘ele’ sabe fazer o nome. Eu não sei se as coisas mudaram... ô... é os mestre que num.... [pausa longa]. Alguma coisa tá acontecendo ou, é a cabeça das criança... mas a cabeça das criança não pode ser, porque na verdade todos que entram, as vezes passam pelo processo de demora no aprendizado. A gente vê que... as vezes quando a criança entra na escola ela começa bem. A gente acompanha ela, né? Ela começa bem. E... de repente... vira só brincadeira. Na escola, a brincadeira prá criança, ela é muito boa, não resta dúvida nenhuma. A criança, ela tem que brincar. Só que tem que ter um período sério prá criança aprender. E... hoje não tá tendo mais. E eu queria saber se isso é deficiência da escola ou... vem direto da secretaria... se é uma lei...(pai, família 7 negra).

Encontra-se nos meios familiares a figura paterna que se preocupa com o desenvolvimento escolar do filho. Neste caso o seu envolvimento é claro. Este pai tenta entender o motivo pelo qual a filha não consegue se desenvolver, e chega até a mencionar que a escola é culpada; mas, por insegurança nas palavras, por falta de argumentos ou conhecimentos sobre o assunto, ou talvez por timidez diante da pesquisadora, desvia essa culpa para a “cabeça” da criança e em seguida tenta desviá-la para o tempo de aprendizagem próprio de cada indivíduo.

A percepção das desigualdades, seja racial ou social, perpassa todo este estudo. As famílias demonstraram suas

indignações e angústias diante da situação em que elas vivem. Percebe-se claramente insatisfação quando o assunto é rendimento escolar, quando expõem suas opiniões a respeito do ensino dispensado aos seus filhos. Nesse sentido, Oliveira (1996, p.14) reforça que:

[...] as instituições sociais, [...], em nome dos direitos humanos, têm o dever de contribuir para a solução de algum modo. [...] vejo, principalmente o Ensino fundamental como lugar privilegiado, cuja função é a de oferecer, a todo e qualquer brasileiro, oportunidade de incorporar, na sua prática social, os conteúdos mínimos que lhes garantam usufruir os seus direitos de cidadão. Sendo obrigatório e gratuito, esta parte do ensino básico, [...] é o lugar por onde necessariamente passa um elevado percentual da população, sendo um dos momentos da vida do indivíduo que mais oportuniza o desenvolvimento de atitudes de respeito e de convivência solidária.

As famílias entendem a escola como a principal instituição responsável pela transmissão de saberes acumulados. Porém, elas também exercem um papel importante na vida dos filhos por serem a referência central na vida deles.

Quanto à educação escolar, as famílias a percebem como possibilidade de seus filhos melhorarem de vida, conseguirem melhores empregos e ganhos diversos, inclusive, respeito social. Pelos seus discursos, percebe-se que elas anseiam para seus filhos um ensino que lhes dê condição de conhecimento para enfrentar a vida, que seja uma ferramenta para a consecução de objetivos mais rápidos. Deixam transparecer que planejam o futuro dos filhos, sempre relacionado com escola, estudos. Abaixo, os relatos:

Olha, eu quero assim... que eles continuam progredindo, né? E... eu estou sempre falando prá eles, incentivando eles, mostrando prá eles que o caminho é esse... que não existe outro caminho. Se você quer ter... tá pensando num futuro melhor... é... se você quer crescer na vida... se você quer chegar em qualquer ambiente e querer discutir um assunto, você tem que continuar sua vida estudando. Você tem que estudar, né? (mãe, família 1, negra). É a escola mesmo. Não tem outro caminho, não. Eu tiro isso por mim e por meus irmãos. Todos nós que estudamos, que continuamos estudando, nós continuamos melhorando de vida, né? Devagarzinho, mas ... a nossa vida melhorou bastante, porque nós fomos incentivados... mesmo o meu pai, minha mãe sendo analfabetos, eles sempre empurraram a gente prá frente. (mãe, família 1, negra).

Mas... com relação a escola, eu tenho muita esperança que ela vai melhorar. Eu acho que está faltando carinho pelo que se faz, o amor pela profissão. E quem sofre são as crianças. Na verdade a gente tem um sangue de defesa pela escola pública, porque ela tem que funcionar, ela é a salvação, né? (mãe, família 5, branca).

Várias pesquisas têm mostrado o quanto as famílias depositam esperanças na escola e que, apesar de tecerem reclamações relacionadas ao ensino-aprendizagem, nota-se que a escola ainda exerce um fascínio nas famílias e frequentadores. Os discursos acima são corroborados por Costa (2003, p.39):

[...] cansei de observar pessoas que ficavam do lado de fora da escola, olhando para ela, para dentro da alta cerca de tela que a protegia, como se ela fosse um destino, uma esperança. E nas muitas conversas que tive na época com estudantes dessas escolas, eles contavam que iam à escola porque seus pais diziam que ela era a única chance que eles tinham de melhorar de vida, de ter uma profissão, de encontrar um emprego. Também conversei com moradores da vila e eles afirmavam isso: 'Quero que meu filho entre na escola, que estude, porque, se ele não passar pela escola, não tem chance de encontrar um caminho na vida'.

Portanto, as famílias deixaram transparecer em suas falas que não conseguem fazer valer sua cidadania para exigir um ensino de qualidade. Alegaram que se tivessem melhores condições econômicas conseguiriam oferecer ensino de qualidade a seus filhos e esses poderiam competir em condição de igualdade no meio social. Quando se sentem insatisfeitos com o resultado que o filho apresenta, vão à escola e reclamam. Porém, por falta de argumento, escutam a justificativa da professora e, dentro de suas possibilidades, buscam outros meios para solucionar o problema. Em alguns casos, pensam na possibilidade de mudar os filhos de escola. Demonstram insatisfação também nas reuniões escolares, pois, segundo seus discursos, a escola prioriza o comportamento dos alunos e não trata das expectativas das famílias quanto à educação formal, e quando acontece a entrega de relatórios algumas famílias alegam que estes contêm apenas uma redação relacionada ao rendimento escolar do filho, escrita de maneira incompreensível pela maioria das famílias. Apontaram também que as reuniões demonstram acontecer apenas por estarem contidas no calendário e no regimento da escola. Outro item que chamou atenção é relacionado às maneiras como as famílias percebem os episódios de discriminação racial. As famílias negras descreveram, algumas de forma clara e outras de forma sutil, seu desconforto com relação a esse fenômeno no contexto escolar. Reclamaram sobre as formas de tratamentos dispensados aos filhos no espaço escolar e, em alguns casos, ensinam os filhos a reagirem a esse tipo de situação, em outros, silenciam e ensinam o filho a ignorar, por perceberem indiferença dos responsáveis pela instituição em relação a esse fenômeno. Dentre as famílias brancas, algumas alegam não perceber as manifestações de discriminação e preconceito enquanto que outras afirmam perceber.

Nesse sentido, é visível a importância da escola para as famílias. É na escola que elas vislumbram um futuro melhor para os filhos. É através da escola que elas imaginam uma vida profissional para os filhos, diferente das suas. Essa escola tão desejada por essas famílias deve proporcionar aos seus alunos experiências positivas em relação ao conhecimento e à vida pessoal, proporcionar aos seus alunos a certeza de que fazem parte da sociedade. A escola deve primar pela formação de uma sociedade que seja justa e igualitária, que possa acolher a todos independentemente da cor, credo ou classe social. E que ela seja o espaço onde são forjados os futuros profissionais que tenham condições de oferecer às suas famílias uma vida mais digna, com melhores condições de sobrevivência, sedimentando assim uma sociedade mais igualitária.

#### 4 Conclusão

Com pretensão questionadora e não conclusiva, este estudo buscou mostrar a preocupação de famílias brancas e negras quanto ao tratamento dispensado a seus filhos no ambiente escolar, relacionado à forma como são trabalhados os conteúdos propostos e a discriminação racial, bem como acontecem as relações sociais.

Uma das contribuições deste estudo é compreender a

relação família-escola, especificamente entre a família de classe popular e a escola onde se desenvolve o processo de formação de seus filhos/alunos. A relevância deste estudo está pautada na oportunidade dada às famílias de se pronunciarem sobre suas opiniões em relação à escola, haja vista que as inúmeras pesquisas envolvendo as referidas instituições partem dos valores dos professores e da escola.

As famílias se preocupam com o aprendizado dos filhos e, conseqüentemente, querem vê-los encaminhando para a realização de um futuro profissional melhor do que aquele que os pais conseguiram no decorrer de suas vidas.

Ouvir essas famílias foi uma experiência ímpar e muito pertinente, haja vista que as inúmeras pesquisas que envolvem família-escola não têm dado oportunidades para elas se pronunciarem e explicitarem suas opiniões. As análises que envolvem essas duas instituições partem, geralmente, dos valores da escola e dos professores.

Pode-se verificar, através deste estudo, que as famílias negras e brancas, de camadas populares, depositam na escola a esperança de um futuro melhor para seus filhos e a percebem como projeto primordial de ascensão social, ou seja, concebem essa instituição como uma das prováveis possibilidades, senão única, dos filhos “mudarem” de vida.

As famílias, sujeitos desta pesquisa, demonstraram estar sempre presentes durante o percurso escolar, preocupando-se com o direcionamento que seus filhos devem seguir. Dentro de suas possibilidades, elas ajudam os filhos nos deveres escolares e se fazem presentes sempre que são solicitadas, ou quando julgam necessário questionar e saber do desenvolvimento dos filhos dentro da escola. No entanto, verifica-se que a presença da família não se circunscreve unicamente em acompanhar as atividades sistemáticas da escola, abrangendo também um conjunto de procedimentos, sobretudo os de ordem moral e simbólica, como a valorização dos estudos, a importância dada à escola e ao título por ela concedido, o apoio encorajador sobre o empenho e os resultados escolares dos filhos.

Verificou-se também que, apesar de as famílias serem detentoras de fraco capital cultural e econômico, ainda assim, mobilizam-se dentro de suas possibilidades e almejam um “futuro melhor” para seus filhos. Futuro melhor para essas famílias significa a ascensão social e financeira através de uma profissão que, obviamente, difira das profissões de suas realidades. Os sentidos que as famílias atribuem à escolarização de seus filhos demonstram que elas não estão alheias aos acontecimentos, conforme visto em alguns outros estudos que focalizam a opinião da escola.

Os dados empíricos colhidos nesta pesquisa mostram que a baixa escolarização, ou o afastamento da escola, pelas famílias, se deu em função de suas necessidades de ingressar no mercado de trabalho e da impossibilidade de conciliar estudo e trabalho. Essas famílias, apesar de não galgarem um degrau mais alto nos estudos, preservam uma imagem positiva da escola e almejam que os filhos continuem avante para quebrar o estigma da sua própria realidade, considerado pelo trabalho manual que é desenvolvido por essas famílias. Os dados confirmam também que não é a escolaridade interrompida

ou a falta dela que vai tirar-lhes a aspiração de um futuro melhor para o filho. Elas possuem projetos de escolarização longos, valorizam a escolarização e preocupam-se com as ações pedagógicas no sentido de preparar seus filhos para as séries seguintes. Quando percebem que a instituição não está satisfazendo seus interesses ou quando não conseguem intervir nas decisões da escola em favor dos filhos, buscam formas de resolver a situação, e isso inclui, desde a presença da família na instituição, para conversar ou a procura de outra escola que tenha melhor prestígio na rede pública ou que esteja de acordo com os seus propósitos.

Pôde-se perceber que a mãe é a figura que mais aparece nas relações que envolvem a escolarização dos filhos. Em alguns casos, a figura do pai se faz presente, porém, de acordo com os dados revelados pela pesquisa, normalmente a tarefa de educar os filhos é de responsabilidade materna. Embora sejam destacadas situações em que aparece a participação tanto do pai quanto da mãe, com maior frequência é a mãe, que aparece como a figura central que capitaliza recursos, sobretudo, para encorajar os filhos a terem bons resultados nos estudos e a permanecerem por mais tempo na escola.

Quanto às estratégias utilizadas pelas famílias para a mobilização dos filhos sobre a importância dos estudos, estas são promovidas através de relatos sobre suas próprias insatisfações em relação às suas profissões. Sempre dizem aos filhos que devem estudar para “serem alguém na vida”, como se eles próprios fossem ninguém, pois é assim que eles se veem socialmente, uma vez que as funções desempenhadas por essas famílias são desvalorizadas socialmente e conhecidas como profissões manuais (pedreiro, lanterneiro, vigilante, diarista, merendeira; etc.). Essas famílias sonham para seus filhos profissões predominantemente intelectuais (engenheiro, professor, advogado, psicólogo etc.).

As famílias entrevistadas fazem parte, como dito anteriormente, da camada popular da sociedade, sendo que sua convivência social está centrada em bairros carentes, com indivíduos que partilham das mesmas necessidades. Normalmente, quando se pensa em periferia ou bairros populares, é corriqueiro enxergar alto índice de violência e de pobreza, tão saliente em nossa sociedade. Porém, convivendo de perto com esses indivíduos, pode se perceber que a violência não tem residência fixa na pobreza. Esses indivíduos trabalham e vivem para proporcionar um futuro melhor para seus dependentes e nos apresentam um mundo de códigos morais onde suas famílias, mesmo as pobres, tecem uma rede de relações de obrigações mútuas que permite aos seus dependentes e a eles próprios andarem de cabeça erguida, mesmo diante das adversidades enfrentadas.

Diante das várias dificuldades enfrentadas pelas famílias de classe popular, as condições socioeconômicas aparecem como relevantes para a solução de alguns problemas. Porém, as famílias negras, além de enfrentarem dificuldades financeiras, também se deparam com dificuldades de ordem racial, quando convivem diariamente com a discriminação e o preconceito presentes também na instituição escolar. As crianças sofrem com a discriminação de professores e colegas

que constantemente naturalizam essas práticas. Carregam o estigma de que suas famílias são desestruturadas e desinteressadas pela sua escolarização. Porém, os dados deste estudo demonstraram que os arranjos familiares nada têm a ver com o desenvolvimento sistemático do aluno. Foram vários os arranjos que apareceram e, em todos, os pais se interessam e se preocupam com a escolaridade dos filhos. Por outro lado, um dado agravante que apareceu nos discursos das famílias pesquisadas foi a percepção da depreciação da imagem do negro por seus membros. O ponto mais relevante dessa questão foi a imagem negativa que os filhos demonstraram nas representações gráficas e nos discursos em relação aos cabelos e à cor da pele. Os cabelos afros foram mencionados de forma ofensiva, a ponto de provocar nos sujeitos sentimentos de indignação e de baixa autoestima, dado que se sobrepõe ao de cor da pele. Pode-se perceber também que os cabelos são mais estigmatizados que a própria cor da pele.

Como dito anteriormente, essas famílias, além de se preocuparem com o desempenho escolar, também se preocupam com as formas de tratamento dispensado aos seus filhos na escola. Neste ponto do estudo, pode-se perceber que as famílias negras reclamam das atitudes discriminatórias de colegas dos filhos e salientam que, quando buscam meios para amenizar o problema, escutam dos professores que esse comportamento entre as crianças é muito comum, uma vez que logo após uma briga elas já estão brincando novamente. Percebe-se que essa atitude revela que a escola não discute os problemas decorrentes das relações etnicorraciais conflituosas e que sob os olhares dos profissionais, todos são tratados de forma igualitária. Nesse sentido, verifica-se a omissão de severas desigualdades raciais existentes, anulando-se, simbolicamente, a presença de pessoas negras em nossa sociedade. De acordo com os depoimentos das famílias, pode-se verificar que a prática pedagógica do educador é deficitária quando o assunto envolve relações raciais, pois falta-lhes clareza no assunto, que é pouco analisado pelos professores e pela instituição escolar. Pode-se verificar também que a prática e a teoria do professor, alicerçadas nas suas concepções de vida e de mundo, estão carregadas de preconceitos apreendidos do meio em que vivem.

Uma das contribuições deste estudo é compreender a relação família-escola, especificamente entre a família de classe popular e a escola onde se desenvolve o processo de formação de seus filhos/alunos. A relevância da pesquisa

está pautada na oportunidade dada às famílias de externarem suas opiniões em relação à escola, haja vista que as inúmeras pesquisas que envolvem as referidas instituições partem dos valores dos professores e da escola.

## Referências

- BARROS NETA, M.A.P. *Desencantamento do mundo, burocracia e educação*. 2006. 196f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação, Campinas, 2006.
- CAVALLEIRO, E.S. Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na escola. In: LIMA, I.C.; ROMÃO, J.; SILVEIRA, S.M. (Org.). *Os negros e a escola brasileira*. Florianópolis: NEN, 1999, p.22-30.
- CAVALLEIRO, E.S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- COSTA, M. V. *A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HASENBALG, C.A. Desigualdades sociais e oportunidade educacional a produção do fracasso escolar. *Cad. Pesqu. Carlos Chagas*, n.63, p 24-61, 1987.
- HASENBALG, C.A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979.
- HENRIQUES, R. Educação e desigualdade racial. In: ROCHA, M.J.; PANTOJA, S. (Org.). *Rompendo silêncios: história da África nos currículos da educação básica*. Brasília: Comunicações, 2004, p.96-101.
- OLIVEIRA, I. *Desigualdades raciais: construção da infância e da juventude*. Niterói: Intertexto, 1996.
- PAIXÃO, L. P. Compreendendo a escola na perspectiva das famílias. In: MULLER, M.L.R.; PAIXÃO, L. P. *Educação, diferenças e desigualdades*. Cuiabá: EdUFMT, 2006, p.68-75.
- PATTO, M.H.S. (Org.). *Introdução à psicologia escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- TELLES, E.E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2003.
- ZAGO, N. Prolongamento da escolarização nos meios populares e as novas formas de desigualdades educacionais. In: NOGUEIRA M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). *Família & escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2003, p.27-39.
- ZAGO, N. Prolongamento da escolarização nos meios populares e as novas formas de desigualdades educacionais. In: PAIXÃO, L.P.; ZAGO N. (Org.). *Sociologia da educação: pesquisa e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2007, p.138-146.